

Serviços de Terceiros	(13.398.852,37)	(10.381.962,34)
Depreciação, Provisões e Amortização	(77.324.404,31)	(60.840.088,97)
Outras	(198.878,59)	(200.801,56)
Despesas Gerais e Administrativas	(66.317.166,74)	(74.328.659,93)
Pessoal	(43.873.334,45)	(33.543.488,23)
Serviços de Terceiros	(14.148.387,72)	(12.864.921,96)
Depreciação, Provisões e Amortização	(7.062.949,63)	(26.666.972,89)
Tributárias	(50.785,72)	(108.636,32)
Outras	(1.181.709,22)	(1.144.640,53)
Despesas/Receitas Financeiras	(71.381.481,24)	(22.629.937,76)
Juros e Encargos Financeiros	(77.967.852,86)	(42.551.712,64)
Variações Monetárias e Cambiais	397.754,23	12.714.352,28
Receitas Financeiras	6.188.617,39	7.207.422,60
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(870.084,80)	29.008.225,76
Doação	687.657,41	32.104.862,02
Outras Receitas	1.802.141,70	368.753,38
Outras Despesas	(3.359.883,91)	(3.465.389,64)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
Prejuízo por lote de 1.000 ações	(107,35)	(70,02)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
	2017	2016
Prejuízo do exercício	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação
Saldo em 31/12/2015	1.800.000.000,00	717.207.908,43	177.088.663,87
Aumento de Capital p/ subscrição	500.000.000,00	(500.000.000,00)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(6.018.711,48)
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-
Crédito para Aumento de Capital	-	162.139.312,12	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	2.300.000.000,00	379.347.220,55	171.069.952,39
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(6.128.575,61)
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-
Crédito para Aumento de Capital	-	129.190.463,22	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	2.300.000.000,00	508.537.683,77	164.941.376,78

	Prejuízos Acumulados	Total
	(1.823.483.371,88)	870.813.200,42
	-	-
	6.018.711,48	-
	3.100.548,36	3.100.548,36
	-	162.139.312,12
	(161.056.762,71)	(161.056.762,71)
	(1.975.420.874,75)	874.996.298,19
	6.128.575,61	-
	3.157.145,07	3.157.145,07
	-	129.190.463,22
	(246.903.564,33)	(246.903.564,33)
	(2.213.038.718,40)	760.440.342,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
Prejuízo Líquido do Exercício	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)
Reversão de provisão Contingência Trabalhista	(4.196.152,20)	(1.858.170,22)
Recuperação de Impostos	-	-
Provisão/Reversão de IR e CSLL Diferido s/ Prejuízo Fiscal	3.157.145,06	3.100.548,36
Provisão para Contingências Cíveis	5.773.347,37	24.729.506,14
Depreciação	44.175.747,17	42.984.991,73
Custos das Baixas do Ativo Permanente	54.089,77	7.828,60
Variações Monetárias e cambiais s/ Financiamentos	7.187.930,74	21.438.029,59
Doações Recebidas	0,00	(32.026.012,04)
Variações nas Contas do Ativo	(19.095.064,16)	(22.782.182,94)
Contas a Receber de Clientes	(15.783.439,81)	(21.116.428,87)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(560.589,42)	329.258,15
Estoques	(78.460,86)	167.420,27
Outras Contas a Receber	318.258,96	(166.754,45)
Deposito Judicial	(2.990.833,03)	(1.996.678,04)
Variações nas Contas do Passivo	126.831.509,46	74.302.723,68
Financiamento Externo	(14.359,54)	(16.000,00)
Fornecedores	12.137.304,68	(2.525.885,51)

Impostos e Contribuições a Recolher	121.396.691,33	81.509.628,17
Contingências Judiciais e Fiscais	(6.891.532,97)	(6.709.077,82)
Provisões Trabalhistas	(611.032,73)	544.308,23
Outras Contas a Pagar	814.438,69	1.499.750,61
Disponibilidades Líquidas Geradas - Atividades Operacionais	(83.015.011,11)	(51.159.499,81)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(52.406.319,53)	(109.792.506,93)
Aplicação no Ativo Permanente	(52.406.319,53)	(109.792.506,93)
Sistema de Abastecimento de Água	(47.587.839,12)	(95.989.733,95)
Sistema de Esgotamento Sanitário	(4.658.990,81)	(10.737.745,64)
Bens de Uso Geral	(159.489,60)	(3.065.027,34)
Disponibilidades Geradas - Atividades de Investimento	(52.406.319,53)	(109.792.506,93)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	129.190.463,22	162.139.312,12
Financiamentos	129.190.463,22	162.139.312,12
Integralização de Capital	0,00	500.000.000,00
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	129.190.463,22	(337.860.687,88)
Disponibilidades Geradas - Atividades de Financiamentos	129.190.463,22	162.139.312,12
VARIACÃO DAS DISPONIBILIDADES	(6.230.867,42)	1.187.305,38
No Início do Exercício	8.424.578,08	7.237.272,70
No Final do Exercício	2.193.710,66	8.424.578,08
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(6.230.867,42)	1.187.305,38

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA		
DESCRIÇÃO	2017	2016
1 - RECEITA	196.248.301,74	217.609.315,05
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	274.314.497,67	249.321.151,21
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(77.196.111,13)	(60.720.061,92)
1.3) Outras Receitas/Despesas	(870.084,80)	29.008.225,76
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICM e IPI)	146.516.214,66	148.726.613,27
2.1) Matéria-prima Consumida	1.265.727,38	1.154.283,22
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	675.022,18	760.654,17
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	82.336.095,57	73.707.110,48
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	62.239.369,54	73.104.565,40
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	49.732.087,08	68.882.701,78
4 - RETENÇÕES	44.175.747,17	42.984.991,73
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	44.175.747,17	42.984.991,73
5 - VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	5.556.339,91	25.897.710,05
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.188.617,39	7.207.422,60
6.1) Receitas Financeiras	6.188.617,39	7.207.422,60
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	11.744.957,30	33.105.132,65
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.744.957,30	33.105.132,65
8.1) Pessoal e Encargos	155.446.591,05	141.411.011,93
- Direta	91.500.890,71	86.644.001,71
- Encargos	31.689.791,17	20.577.900,93
- Benefícios	32.255.909,17	34.189.109,29
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	25.631.831,95	22.913.523,07
- Federal	25.581.046,23	22.804.886,75
- Municipal	50.785,72	108.636,32
8.3) Juros e Variações Monetárias	77.570.098,62	29.837.360,36
8.4) Lucro/Prejuízo Retido	(246.903.564,32)	(161.056.762,71)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

Com o advento da Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do saneamento no país, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequarem à nova Lei. O estado do Pará aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei nº 6.099 de 30 de novembro de 1997, criando as microrregiões de saneamento básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a agência reguladora ARCON. A Companhia de Saneamento do Pará opera em 53 municípios e esta em processo de regularização das concessões, segundo a Lei Nacional de Diretrizes de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007. Os contratos de programas celebrados até dezembro de 2017 foram com os municípios de: - Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém. Total de 08 municípios. Existem concessão anterior a Lei do Saneamento, e a Constituição Federal de 1988, porém, ainda vigente no município de: - Inhangapi. Total de 01 município. Foram celebrados convênios de Cooperação com os seguintes municípios: - Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Nova Timboteua, Óbidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viseu. Total de 31 municípios. Municípios com Concessões vencidas: - Afuá, Augusto Corrêa, Cachoeira do Arari, Capitão Poço, Jacundá, Faro, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Tailândia. Total de 13 municípios. A partir da assinatura de Contrato de programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar num cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a AMAE Belém. O município de Santarém assinou em 2016 o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON, portanto já está oficialmente sendo regulado. Os demais municípios com Contratos de Programa assinados delegaram a regulação para o Estado, ainda é necessário que os municípios celebrem um convênio com a ARCON, para iniciar o processo de regulação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis. A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2003